

NÃO PINTCHA

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 9112/9123/9124

BISSAU

VISITA DO PRESIDENTE EANES TESTEMUNHA AMIZADE ENTRE POVOS SOBERANOS



A segunda visita do Presidente Ramalho Eanes ao nosso país, é a testemunha da amizade entre os povos soberanos da Guiné-Bissau e de Portugal. O facto, foi mais uma vez demonstrado ontem, através do acolhimento entusiástico, reservado ao ilustre visitante pela população da capital, que se encontrava apinhada nas diferentes artérias ao longo do percurso que liga o aeroporto à cidade.

Em declarações à Imprensa, o Presidente português afirmou que voltava a pisar o chão da Guiné-Bissau com emoção e interesse de sempre. A visita, segundo o General Ramalho Eanes, consagra o entendimento que existe entre os dois Estados soberanos e contribui para intensificar as relações bilaterais de cooperação desejada pelos nossos países, servindo assim os interesses dos respectivos povos.

À tarde, os dois Presidentes tiveram um encontro a sós, durante o qual analisaram o estado da cooperação e constataram a necessidade de a alargar a outros domínios. A parte portuguesa manifestou a disponibilidade em investir mais na Guiné-Bissau, sobretudo nos domínios das pescas, agro-pecuário, dos diamantes e ainda no sector madeireiro. Quanto à cooperação trilateral com a França e Portugal, ficou assente que o Estado português entraria com a mão de obra e a França com a tecnologia.

As conversações, iniciadas ao fim da tarde entre as duas delegações chefiadas pelos dois Presidentes, seguiu-se um jantar oficial oferecido pelo Chefe de Estado guineense e Senhora de Bernardo Vieira, ao Presidente português e esposa, no Palácio da República. Publicamos, nas centrais, os discursos pronunciados pelos dois presidentes, bem como outros pormenores sobre a visita.

★ ENTREVISTA DE NINO VIEIRA À "ANOP" (Pág-7)

DELEGAÇÃO BÚLGARA DEIXA O PAÍS

Um comunicado conjunto foi assinado entre o PAIGC e o Partido Comunista da Bulgária que visitou o país de 1 a 3 do corrente mês. Durante a estadia a delegação do CC do PCB chefiada por Georgui Petrov, membro do C.C. do P.C.B. reuniu-se em sessão de trabalho com uma delegação do P.A.I.G.C, chefiada pelo camarada Vasco Cabral, do P.B. e Secretário executivo do Comité Central.

A delegação que deixou ontem o país fez uma visita de cortesia ao Secretário-Geral do P.A.I. G.C. e Presidente do Conselho da Revolução, João Bernardo Vieira e, depôs uma coroa de flores no mausoléu de Amílcar Cabral. Durante estadia na capital os dirigentes búlgaros visitaram o Secretariado da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné onde se inteiraram do funcionamento daquela Central Sindical.

As duas partes condenaram severamente as ameaças aos países Africanos nomeadamente os da linha da frente, República Popular de Angola e de Moçambique. Por outro lado, apelaram a uma cooperação mutuamente vantajosa entre as Nações. No entanto, apoiaram a luta dos povos africanos pela sua emancipação e independência.

CONFERÊNCIA SOBRE DIREITO DO MAR

O camarada Fidelis Cabral de Almada, membro suplente do B.P. do PAIGC e Ministro da Justiça, deixou Bissau na quarta-feira com destino a Jamaica, onde representará a Guiné-Bissau nos trabalhos da 3.ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que se desenrolará de 5 a 15 de Dezembro.

No termo dos trabalhos, que serão marcados por uma discussão global das questões relacionadas com o Direito do Mar, o titular da Pasta de Justiça assinará em nome da Guiné-Bissau aquela convenção.

Integra a nossa delegação o camarada Alfredo Cabral, Conselheiro do nosso país junto das Nações Unidas.

Segurança Alimentar

A Comissão Interministerial Permanente sobre a Segurança Alimentar reuniu-se anteontem à tarde em Bissau sob a presidência do camarada Luís Sanca, membro suplente do CC do PAIGC e Secretário de Estado do Plano e da Cooperação Internacional.

Na reunião, que contou com a participação de representantes dos Ministérios da Economia e Finanças, Administração Interna, Função Pública e Trabalho, Comércio e Artesanato, Saúde e Assuntos Sociais e Desenvolvimento

Rural, que integram a Comissão, foi discutida essencialmente questões ligadas ao abastecimento alimentar para o período 1983.

Entretanto, tendo em conta o grande esforço desenvolvido pelos camponeses durante o ano agrícola 81/82 que termina agora em Dezembro, e a necessidade de os incentivar a produzir cada vez mais, a Comissão Internacional sobre a Segurança Alimentar discutiu uma série de recomendações que permitirão melhores resultados.

Quinara: Terminou a Conferência da JAAC

A segunda conferência da JAAC, terminou na última semana do mês de Novembro na Região de Quinara. A resolução final recomenda entre outros a criar condições necessárias a fim de permitir mais inscrições dos militantes no seio da Organização. Depois da análise e discussão do relatório apresentado pelo primeiro secretário da Juventude Africana Amílcar Cabral, procedeu-se à elaboração dos resultados finais que traçam as linhas mestras que nortearão as actividades daquela organização juvenil para o próximo ano.

No entanto, estiveram presentes na conferência além do camarada Emílio

Sáriot, membro do Secretariado Nacional e chefe do Departamento de Cultura, Desporto e Recreação, altos responsáveis do Partido e Estado da região nomeadamente, os camaradas Amaro Correia e Tampassa Na Lida, membro suplente do CC do Partido respectivamente, secretário regional para a Organização do Partido e responsável das organizações de massas.

Segundo a Agência Noticiosa da Guiné, o Comité do Partido e Estado da região organizou um trabalho voluntário de limpeza à vila de Fulacunda. Participaram nesta actividade funcionários e população em geral.

Ajuda da Argélia aos antigos combatentes

A concessão de bolsas de estudo nos domínios técnicos (tractoristas e mecânicos), o envio de médicos especializados em determinações de graus de invalidez e estabelecimento das normas definitivas de pensões, ofertas de motorizadas e peças sobressalentes para carros, foi o balanço das conversações tidas aquando da primeira reunião realizada no salão do BNG, entre as delegações da Secretaria do Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria, e dos Moudjahidines da Argélia, que se deslocou ao nosso país em visita de trabalho.

A nossa delegação era chefiada pelo Comandante Braima Bangurá, membro do CC do P.A.I. G.C., e Secretário de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria e dela fazia ainda parte os camaradas Kaba Fati, Eugénia Saldanha, José Saiegh e João Rodri-

gues, respectivamente chefes do Departamento das Unidades Produtivas, da Formação de Quadros, do Gabinete do Secretário e das Finanças dessa Secretaria do Estado.

As conversações, que decorreram na presença do embaixador da Argélia acreditado no nosso país, o Comandante Braima Bangurá enalteceu vivamente a presença do seu homólogo e o apoio indefectível da Argélia ao PAIGC nos momentos árdios da nossa luta, apoio esse que prosseguiu depois da nossa independência. «A Argélia foi um dos principais centros de informação e propaganda do PAIGC, assim como de todos os movimentos em luta contra o colonialismo», dizia ainda esse membro do C.C. do Partido.

Em resposta, o ministro argelino agradeceu o convite que lhe foi

endereçado pelo Secretário de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria. Seguidamente analisou a proposta de cooperação que lhe foi apresentada e concordou em ajudar o nosso país em resolver certas questões que afectam os nossos combatentes da Liberdade de forma a encontrarem uma solução mais justa para as suas integrações no processo produtivo.

VISITAS AS COOPERATIVAS

As duas delegações visitaram em seguida as cooperativas dos alfaiates, de electricidade e frios, da construção metálica, carpintaria, mecânica auto, e as granjas agrícolas de Gã Mamudo, sita na nova estrada de Jugudul, onde se inteiraram das realidades aí existentes.

De regresso, a delegação foi recebida pelo

1.º Ministro, Victor Saúde Maria, na sua residência, onde lhe ofereceu um almoço de confraternização, seguido de uma audiência com o Presidente do CR e Secretário-Geral do PAIGC, comandante Nino-Vieira.

O ministro argelino, igualmente Presidente da Comissão Mista Guiné-Bissau - Argélia e da Comissão argelina junto dos países de expressão oficial portuguesa, frisou a existência no seu país de diversas cooperativas divididas em pequenas unidades, informando que as grandes unidades foram dissolvidas devido à prática do individualismo no seio da cooperativa.

Momentos antes da sua partida para a Cabo Verde, o ministro argelino salientou a disponibilidade do seu país em cooperar em todos os domínios com o nosso país.

Jornada de trabalho voluntário

Um trabalho voluntário levado a cabo pela JAAC, em coordenação com o Ministério de Desenvolvimento Rural, realizou-se no passado domingo, em Nhacra.

A capinação de cerca de 10 hectares é o esforço empreendido pelos jovens provenientes de diversos comités de base, num total de 70, chefiados pelo camarada Ansumane Mané, membro do Secretariado Regional.

No final dos trabalhos, o camarada Mar-

celino, engenheiro agrônomo, proferiu algumas palavras de encorajamento e agradecimento pela iniciativa da J.A. A.C..

Igualmente, em Bôr, uma brigada de trabalho, chefiada pelo camarada Félix Sambú, membro da JAAC, tomou parte activa num trabalho relacionado com a construção de uma escola primária, em coordenação com os membros dos pioneiros do Ilhéu do Rei e da brigada da JAAC de Bissau.

Delegação do GEOP visita o interior

Com objectivo de dar instrução aos professores sobre a utilização dos novos manuais, para ensino básico elementar, encontra-se desde a segunda-feira passada, na Região de Canchungo, uma equipa de apoio técnico e pedagógico do Gabinete de Estudo e Orientação Pedagógica (GEOP).

Segundo a Agência Noticiosa da Guiné,

a equipa esteve igualmente em Bula e Canchungo, onde se reuniu com todos os professores a fim de lhes apresentar a metodologia utilizada na elaboração dos referidos manuais e como os alunos devem preencher a ficha dos mesmos. Nesse encontro, foi apresentada a ficha modelo a cores, que será utilizada no próximo ano.

Responde o povo

Como desenvolver o país? (conclusão)

O nosso tema de hoje vem na sequência de um outro anteriormente publicado. Os nossos entrevistados deram-nos as suas opiniões que inserimos nesta edição.

«O PROBLEMA NÃO DEVE SER VISTO DE UM SÓ ÂNGULO»

Albino N'Fonhé, 35 anos, desempregado, morador no Bairro de Misira. — «Penso que é uma questão que deve obedecer a uma análise mais ampla, isto é, não ver o problema de um só ângulo. Fazendo uma retrospectiva do «desenvolvimento» da África desde os anos 60 até à presente data, podemos chegar facilmente à con-

clusão de que a maioria das «independências» em África não são senão uma nova colonização com outra figura. Isto porque muitos dirigentes africanos são manipulados pelo Ocidente. Muitas independências são meras substituições de lugares dos antigos colonizadores e os que ocupam estas cadeiras continuam a explorar o seu povo sob múltiplas facetas.

«PESSOAS CAPACITADAS DEVEM OCUPAR LUGARES-CHAVES»

Zé da Silva, estudante, morador no Bairro de Bandim-1 — «Um dos males da África é ter gente que só pretende enriquecer-se e mais nada, não se preocupando com os problemas que afectam a Nação. Uma vez chegados ao poder esquecem tudo, porque vivem bem. É por isso que se verificam muitos golpes em África. As eleições às vezes são camufladas. Mas como é que a África pode desenvolver se quem está no poder agarra com

unhas e dentes a sua posição?»

Penso que os lugares-chaves devem ser preenchidos por gente capacitada, porque o que queremos é o avanço da nossa terra e é por isso que muita gente deu a vida».

O SER HUMANO É A PRIMEIRA RIQUEZA DE UM PAÍS

Mussá Camará, estudante, morador em Santa Luzia — «O desenvolvimento de um país obedece às potencialidades dos seus recursos naturais quando estes são aproveitados e distribuí-

dos convenientemente pelos dirigentes. Quando um país tem a felicidade de ter dirigentes honestos, então as coisas podem correr muito bem, mas quando tal não acontece, verificamos o contrário. E a Guiné-Bissau teve a infelicidade de viver os seus primeiros anos de independência num verdadeiro inferno. Mas penso que com o 14 de Novembro a situação vai modificar-se. Porque já não se assiste às matanças arbitrarias. Acho que o CR fez muito bem em pôr fim a essa prática. Porque o ser humano é a primeira riqueza de

um país, o transformador da natureza, o construtor de coisas belas que podem existir na terra. Por isso, quando uma pessoa comete um crime deve ser submetida a trabalhos forçados para pagar os seus crimes. Os criminosos devem produzir em vez de consumir somente dentro das celas.

Entretanto, voltando à questão de desenvolvimento do país, faço um apelo a todos os guineenses, para deixarmos de lado o egoísmo. Só assim é que poderemos avançar».

Criminalidade

Os agentes da Segurança Nacional e Ordem Pública e da Investigação Criminal, conseguiram deter desta vez dois larápios dos «graúdos».

Trata-se de Tito de Barros, de 22 anos de idade, profissão auxiliar de armazém de material da Central Eléctrica, morador no Bairro de Chão de Papel-Varela e de Malique Seidi. O primeiro é autor da proeza do desvio de dinheiro ocorrido há meses na CEABIS, na importância de 1 242 687,00 PG. Segundo o próprio, após ter desviado a referida importância, saiu do país tendo ido para o Senegal, donde regressou 15 dias depois a Bissau, permanecendo todo esse tempo escondido dos agentes da ordem no bairro onde reside.

Ainda segundo Tito, antes de fugir para o Senegal, adquiriu um táxi marca N'hayé, segunda mão, por 150 mil pesos, e uma cama por 22 mil pesos, tendo entregue a uma pessoa em Bafatá a importância de 250 mil pesos, dos quais 190 mil já foi recuperado pela polícia, devendo o resto chegar nestes dias à esquadra. Portanto, foi recuperado um total de 422 mil pesos, tendo os restantes 820 687 pesos, ficado entre empréstimos feitos a pessoas conhecidas e amigas e despesas pessoais.

UMA AVENTURA ARRISCADA

Por outro lado, foi detido em Ingoré, no passado dia 23 de Novembro, Malique Seidi, de 20 anos de idade, estudante, quando tentava evadir-se do país com uma motorizada marca Honda-250, pertencente ao senhor Jacobus Johannes Petrus Kok, cooperante do projecto da CEPI, com residência em St.^a Luzia, ao lado do QG.

Segundo a polícia de trânsito, o aludido larápio transitava na motorizada sem capacidade em companhia de Francisco Barbosa que, entretanto, tinha retirado a matrícula da motorizada. Foram intimidados a parar, o que recusaram, tendo seguido com a moto em direcção à fronteira norte, obrigando deste modo o agente da ordem pública a disparar dois tiros para o ar, mas sem resultado, pois, os dois aventureiros tentaram atingir essa localidade através de corta-mato, percurso que a motorizada não aguentou, tendo ficado espatifada numa bolanha. Abandonada a moto, procuraram atingir a fronteira a pé no que foram perseguidos pela população, que conseguiu capturar o Malique Seidi. Quanto a Francisco Barbosa, esse conseguiu escapar-se da perseguição e infiltrar-se na fronteira limítrofe, onde decerto mantém abrigo.

Direcção do "Simão Mendes" programa de actividades

Esclarecimentos e análise sobre a oncocercose, a recolha de relatórios das secções referentes ao ano económico de 1982, a nomeação de serventes-chefes em cada secção e o estabelecimento de serviços de rondas ao hospital das 15 às 22 horas, pelos enfermeiros-chefes das secções, seus adjuntos e serventes-chefes, foram das questões abordadas numa reunião realizada no Hospital Simão Mendes no passado dia 25 de Novembro.

O encontro, de carácter mensal, foi presidido pelo director-geral do Simão Mendes, dr. Domingos Augusto da Silva, estando presente o enfermeiro-chefe, camarada Arlindo Coiaté. Na altura, foi feito um balanço dos trabalhos realizados, tendo o camarada Arlindo Coiaté explicado as razões fundamentais da realização, na nossa capital, no mês passado, de uma conferência regional so-

bre a oncocercose, que reuniu nove países da sub-região. «No ano de 1983 seremos rigorosos no cumprimento do programa para bem-estar dos nossos doentes», salientou o enfermeiro-chefe, referindo-se aos resultados do encontro.

Ainda no decurso da reunião registaram-se intervenções de vários responsáveis, nomeadamente, das camaradas Leonor Barbosa, enfermeira-chefe da Secção

de Pediatria, da camarada Satu Djassi, comissária política do hospital e da camarada Lídia, Delgado, delegada-chefe do Serviço de Recobro e presidente do conselho de enfermeiros-chefes, que elogiaram a iniciativa e apelaram para a responsabilidade que a todos cabe de manter limpo o hospital como forma de evitar uma das principais endemias que afectam as nossas populações, que é o paludismo.

A RDN trabalha em onda média

A Radiodifusão Nacional ouviu-se a partir de quinta-feira em todo o território Nacional, depois de um longo período de interrupção.

De acordo com o Director-Geral do Ministério da Informação e Cultura, camarada

Agnelo Regala, a interrupção verificada, foi devido às dificuldades registadas nos trabalhos de recuperação do grupo electrogéneo que fornece a energia para o emissor. A situação normalizou-se após o lançamento de um cabo

que alimenta a partir de Bissau o centro emissor de Nhacra.

Segundo uma sondagem feita pela Agência Noticiosa da Guiné junto aos responsáveis Regionais, a RDN, ouviu-se agora em óptimas condições em diversos

pontos do interior do país.

Entretanto, de salientar que os trabalhos de recuperação do grupo electrogéneo realizaram-se no quadro do acordo de cooperação assinado entre a RDN e a Radiodifusão portuguesa.

Cinema

Como Matinée e Soirée, a UDIB apresenta o filme: «Três balas para um pistoleiro», para maiores de 13 anos.

Farmácias

HOJE — Farmácia Moderna — Rua 12 de Setembro, telefone 21 27 02.

Amanhã — Farmedi-2 — Bairro de Belém, telefone 21 37 36.

Segunda-Feira — Farmácia Higiene — Rua António M'Bana, telefone 21 25 20.

Terça-Feira — Farmedi-1 — Rua Guerra Mendes, telefone 21 24 60.

Air Algerie cancela voos

Devido às obras de construção da nova pista do Aeroporto Internacional de Bissalanca, mais precisamente ao corte de iluminação da pista originado possivelmente por corte de alguns fios, a Companhia Aérea Argelina «Air Algerie» cancelou os seus voos normais de terças-feiras, desde o passado dia 23 de Novembro, devendo retomá-los quando as obras estiverem concluídas,

possivelmente na primeira semana de Abril.

Entretanto, a mesma companhia, através da sua agência, avisa a todos os passageiros interessados em viajar com destinos a países em que a «Air Algerie» faz escala, que podem adquirir os bilhetes na sede da agência, sita no prédio da Ancar, Rua Victorino Costa, com partida em Dakar, local mais próximo.

Nicácio Pereira: Justiça é igualdade entre os cidadãos

O Nô Praça na sua ronda pelos leitores com vista a auscultar os seus problemas do dia a dia, de forma a levá-los a participarem com as suas ideias e sugestões neste momento primeiro da Reconstrução, contactou Nicácio José Pereira, de 22 anos de idade, estagiário do Centro de Preparação de Aviação Civil. Entre outros pontos abordados frisou a necessidade de equiparar os vencimentos entre as pessoas com a mesma formação, a legalização do aborto que para ele não é nenhum crime.

Escolheu essa profissão?

— Não, porque quando fui prestar o exame psicotécnico onde fiquei aprovado, era para o curso de Electrónica, mas o meu espanto foi quando me mandaram depois fazer o curso de Meteorologia aeronáutica, curso de que a princípio não gostei, mas depois de saber do que se tratava fiquei a gostar imenso.

Ganha Bem?

— Não, não ganho bem. Em relação aos outros estagiários com os mesmos conhecimentos académicos estamos desprivilegiados.

Quanto precisava ganhar para viver sem grandes problemas?

— Para poder viver sem problemas penso que o meu vencimento devia ser compatível com a minha formação e desse para comer, vestir, aguentar em parte os meus familiares e se possível, guardar alguns contos como economia.

Acha que o aborto deve ser legalizado?

— Sim, penso que o aborto devia ser legalizado. Porque para mim não é nenhum crime, desde que seja feito dentro do tempo normal exigido pela lei. É crime quando não for legalizado, o que provoca muitas vítimas por parte dos que o fazem clandestinamente.

Costuma ir ao cinema?

— Não, pois não tenho tempo para essas coisas.

Se fosse agora nomeado Primeiro-Minis-

tro, qual é a primeira decisão que tomava?

— A primeira medida que tomaria seria proceder a uma remodelação ministerial, proibir a saída dos ministérios durante as horas normais de serviço, por exemplo, as deslocações desnecessárias, como o ir ao aeroporto todas as vezes que há avião, por vezes mesmo sem terem delegações oficiais a receber.

Qual é o espectáculo que mais lhe agrada?

— O espectáculo que mais me agrada é dos musicos tradicionais, especialmente o de Fatu Canoté.

Exprima um desejo?

— Ter uma formação profissional o mais rápido possível.

Defina a justiça...

— A justiça para mim é como uma liberdade de expressão, igualdade entre as diferentes camadas sociais. Portanto devia ser exercida dentro destes parâmetros que poderia incluir, por exemplo, não castigar ninguém antes de ser julgado.

Visita de Ramalho

O Presidente da República portuguesa, general Ramalho Eanes, foi ontem calorosamente recebido em Bissau na sua segunda visita oficial ao nosso país. O Chefe de Estado português viaja acompanhado da sua esposa D.^ª Manuela Eanes, e de uma importante delegação na qual se destaca o ministro da Energia e Indústria, Baião Horta, e o Secretário de Estado da Coope-

ração e Desenvolvimento, Luís Fonto ura.

Eram cerca das 14 horas quando aterrava no Aeroporto de Bissalanca o avião especial da TAP-AIR PORTUGAL no qual viajava o Presidente Eanes e a sua comitiva. A sua saída do avião o Chefe de Estado português foi acolhido pelo camarada João Bernardo Vieira, Presidente do Conselho da

Não pouparemos esforços para o reforço das relações

— Presidente Nino Vieira

Senhor Presidente da República Portuguesa,
General António Ramalho Eanes,

Senhora D. Manuela Eanes,

Camarada Primeiro-Ministro da República da
Guiné-Bissau, Victor Saúde Maria,

Senhores membros do Governo Português,

Camaradas dirigentes do Partido e do Estado
da Guiné-Bissau,

Senhores Embaixadores e Representantes
do Corpo Diplomático,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Cabe-me o grato dever de, em nome do nosso povo e do nosso Governo, reiterar as nossas calorosas saudações de boas vindas a Vossa Excelência Senhor Presidente, à Sua Excelentíssima esposa e à ilustre comitiva que o acompanha.

A sua segunda visita ao nosso País, para além de constituir um acto particularmente significativo para o nosso Povo e Governo é o testemunho inequívoco do entendimento, da amizade e da cooperação frutuosas existentes entre os nossos dois países e povos, forjados a partir da jornada libertadora do 25 de Abril.

Verificou naturalmente, Senhor Presidente, a alegria e o entusiasmo com que foi acolhido pela população de Bissau desde a sua chegada ao Aeroporto de Bissalanca, na sua qualidade de grande amigo da Pátria de Amílcar Cabral.

Senhor Presidente,

Durante a sua estada na nossa terra irá decerto constatar as nossas carências e dificuldades de toda a ordem, mas verificará igualmente o nosso firme propósito de criar os meios materiais indispensáveis para a construção de uma vida de paz e de progresso.

Teremos de igual modo a oportunidade de passar em revista as nossas relações bilaterais e de abordar os problemas mais candentes na cena política internacional que preocupam a humanidade.

Senhor Presidente,

Ultrapassados os duros e difíceis anos da luta de libertação nacional sob a direcção esclarecida de Amílcar Cabral, nosso imortal líder e fundador da Nacionalidade, apostámos em edificar na paz reconquistada uma nação livre, independente e próspera, em benefício do nosso povo.

Assim, os primeiros anos da independência vieram nascer esperanças novas com a programação de acções, umas projectadas no imediato, porque inadiáveis, outras apontadas para horizontes mais largos, visando a criação de condições mínimas e indispensáveis a um arranque para o desenvolvimento.

No entanto, métodos anti-democráticos na direcção e condução dos destinos do País, alienaram uma grande parte das nossas populações em relação do P.A.I.G.C., aliados a orientações incorrectas no plano económico e social conduziram a nossa terra à beira do colapso económico e geraram tensões sociais cujas consequências poderiam levar o País ao caos.

É neste contexto que surge o Movimento Reajustador do 14 de Novembro no sentido de pôr termo a tal situação, e reconduzir ao processo democrático e ao relançamento sócio-económico do País.

Senhor Presidente,

A economia da Guiné-Bissau baseia-se essencialmente na agricultura. Conscientes dessa realidade, consideramos o sector agro-pecuário como prioritário no nosso desenvolvimento sócio-económico, em consequência, damos a melhor atenção ao homem do campo, valorizando o produto do seu trabalho, na sua qualidade de força produtiva vital no processo conducente à criação das condições indispensáveis ao nosso desenvolvimento.

É nesse âmbito que realizámos há bem pouco tempo importantes reuniões donde emanaram orientações tendentes a promover o relançamento económico e social no país, e preparamo-nos para lançar o plano quadrienal 1983/86. Para efectivação dessas medidas, contamos com a participação da comunidade das nações com vista a impulsionar um rápido desenvolvimento do país.

Por essa razão, e dado os laços históricos que nos unem, estamos convencidos que Portugal tem um papel importante a desempenhar, e Vossa Excelência, Senhor Presidente, que tão cedo soube compreender a importância das relações com o nosso país continuará decerto a conceder-nos o seu apoio.

Senhor Presidente,

Nos árduos caminhos da afirmação da nossa independência, estamos empenhados no desenvolvimento de uma cooperação dinâmica com todos os países do mundo na base do respeito mútuo e da reciprocidade de vantagens.

Dentro dessa óptica, e da convergência de interesses mutuamente vantajosos, Portugal e a Guiné-Bissau, compreendendo bem depressa a essência da cooperação não se circunscreve apenas às conquistas materiais justas, procuram projectá-la para horizontes mais vasto que hoje abrangem quase todas as áreas susceptíveis de uma acção conjunta.

Assim, constatamos com particular satisfação a existência de relações de amizade e de cooperação exemplares entre os nossos dois países e povos cuja vontade política tem encontrado fiel expressão na acção dos dois Estados.

Os resultados positivos obtidos nas reuniões das Comissões Paritária e Mista, recentemente realizadas em Bissau, confirmam esse postulado.

Daí que temos muito particularmente em apreço os esforços pessoais de Vossa Excelência com vista ao desenvolvimento e à diversificação dessas relações. Assim, Senhor Presidente, não podemos deixar de lhe prestar homenagem e, na sua pessoa, ao povo amigo de Portugal.

Senhor Presidente,

O eixo da nossa política internacional assenta no não alinhamento consequente e, de acordo com esta opção fundamental, advogamos a causa da libertação, da auto-determinação e da independência dos povos.

Por isso, a nossa solidariedade de combate recai de imediato sobre os nossos companheiros de

armas da SWAPO, da ANC, da Frente Polisário e da OLP, na sua luta pela reconquista dos direitos legítimos e inalienáveis dos seus respectivos povos à auto-determinação e à independência.

Condenamos com veemência as acções repetidas de agressão perpetradas pelo regime racista sul africano contra os países da linha da frente, em particular Moçambique e Angola, exigindo a retirada imediata e incondicional das tropas de ocupação do território angolano.

Pensamos que a comunidade internacional, em especial os países do grupo de contacto devem assumir a sua responsabilidade histórica, pondo termo à aventura perigosa do governo de Pretória no interesse da salvaguarda da paz, estabilidade e segurança no sudoeste africano.

A ocupação do Líbano e o brutal massacre cometido contra os povos libanês e palestino constituem um desafio, uma afronta à consciência da humanidade que devem, por conseguinte, ser condenado por todos aqueles que amam a paz.

Também nos preocupa a situação dramática do povo maubere, vítima da anexação estrangeira. Congratulamo-nos pela posição correcta que Portugal tem vindo a assumir em relação aos legítimos interesses do povo timorense, e que Vossa Excelência defendeu com a clarividência que lhe é peculiar, no relançamento do Portugal Democrático com os novos países de expressão oficial portuguesa.

Da nossa afirmação de princípios decorre também o nosso empenhamento na luta pelo desarmamento internacional, por um desarmamento completo e pela destruição total das armas de exterminação massiva, para que haja paz e progresso para toda a humanidade.

Por outro lado, urge pôr termo à multiplicação dos focos de tensão, confrontos abertos e à intervenção armada que constituem uma ameaça séria à segurança, à paz e à estabilidade do mundo.

Um outro assunto que, pela sua importância e essência afecta a todos, mormente os países do terceiro mundo é a instauração da nova ordem internacional — económica, social, política, jurídica e cultural.

Contudo, observa-se uma certa resistência à abertura de negociações globais para esse problema capital com que a humanidade hoje se confronta.

Resta-nos porém uma esperança: o realismo político, o bom senso e o interesse comum farão prevalecer a opinião defendida pela maioria da comunidade internacional.

Senhor Presidente,

Antes de terminar, queríamos reafirmar a disposição do nosso povo e do nosso governo em não poupar esforços de concerto com o povo e o governo portugueses, no sentido de forjar valores materiais e espirituais que sirvam os respectivos interesses.

Peço-vos, minhas senhoras e meus senhores, que levantemos as nossas taças para brindarmos à saúde do povo português, a saúde do nosso amigo o Presidente Ramalho Eanes e da sua Excelentíssima Esposa, desejando-lhes prosperidades e longa vida ao serviço da nação portuguesa.

Eanes à Guiné-Bissau

Revolução seguindo-se as honras militares prestadas por um batalhão das nossas gloriosas FARP e uma salva de 21 tiros.

Depois dos cumprimentos dos membros da direcção superior do Partido e do Governo e do corpo diplomático acreditado em Bissau, Ramalho Eanes fez uma breve declaração aos órgãos de informação. Na sua declaração, o

Presidente Eanes afirmou que «Portugal considera ainda que esta visita, sem dúvida importante no quadro das relações entre Portugal e a Guiné-Bissau, irá progredir nas relações multilaterais entre os nossos dois países, históricos pioneiros na aproximação desejada e necessária entre a Europa e a África».

Ao longo da Avenida 14 de Novembro, os dois Presidentes que seguiram num carro aberto foram calorosamente saudados pela multidão.

Descolonização possibilitou uma cooperação activa

— Presidente Ramalho Eanes

Senhor Presidente,

O passado comum que une os nossos dois povos é o traço mais firme que orienta a nossa construção de um futuro de compreensão mútua e de cooperação.

Apesar das dificuldades e dos conflitos que também caracterizaram esse passado, apesar do tempo perdido e dos recursos importantes desperdiçados num confronto inútil, desses tempos emerge uma experiência de relacionamento que deve ser continuada agora, nos novos moldes que se ajustam ao estatuto de soberania dos nossos Estados.

Apesar de ainda temporalmente próximo, o tempo da descolonização está já historicamente distante.

Como Amílcar Cabral afirmou, em diferentes oportunidades, o fim do período colonial seria, também, o início de formas de cooperação activa entre os nossos dois povos, que se conhecem e se respeitam, baseados num entendimento cultural que é o traço

Mas a recuperação da crise económica internacional também não poderá dispensar os trabalhos para a constituição de uma nova ordem económica, de que uma das manifestações será, certamente, o apoio ao desenvolvimento de áreas que até aqui estiveram afastadas das correntes dominantes do progresso económico.

Por isso se deve trabalhar no sentido de promover as organizações de meios de cooperação que possam conjugar os contributos de vários países, unidos pelo objectivo comum de cooperar, com vantagens mútuas, nesses programas de desenvolvimento.

Portugal, pela sua história e pelo seu modo de ser, não se insere facilmente num único tipo de relações e de lealdade.

A geografia natural e humana faz dele parte indiscutivelmente integrante da Europa — dessa Europa, de vasta e diversificada composição, cujo património espiritual remonta a doze séculos de história comum e a mais de três milénios de fusão de culturas.

estruturar com inteira solidez as modalidades de relacionamento que virão a revelar-se mais adequadas às realidades históricas e políticas que em conjunto podemos formar ou conjuntamente defrontar.

Senhor Presidente,

Seria, no entanto, para Portugal, muito grato, que à semelhança do que já acontece entre os países africanos de expressão oficial portuguesa, viéssemos a encontrar formas conjuntas de diálogo institucional sistemático, consentâneas com os laços que ligam os nossos povos.

A possibilidade de concertação em matérias decisivas da vida internacional às quais os nossos povos estão profundamente ligados dar-nos-ia a todos uma maior capacidade de intervenção na defesa dos direitos do homem e dos direitos dos povos.

Tal foi, de modo flagrante, a intervenção decisiva de todos os países de língua portuguesa na recente discussão e votação na ONU relativo ao complexo problema de auto-determinação do Timor-Leste. Tal poderá vir a ser, no mesmo quadro de convergências de esforços, a procura de solução para grandes problemas de política internacional, como são as questões da Namíbia e o desenvolvimento de um efectivo diálogo Norte/Sul.

No entendimento que fazemos desta cooperação, não há lugar para qualquer vontade de interferência ou para qualquer juízo de valor quanto às opções de política interna que qualquer dos Estados faça ou pretenda fazer.

O entendimento entre os nossos povos e os interesses mútuos de cooperação não estão dependentes das opções de política interna que cada um quiser fazer.

Portugal defende, em todas as circunstâncias, a plena soberania dos povos, respeitando as diferenças de regimes políticos que porventura existam.

Este é o modo que consideramos adequado para o estabelecimento de relações de efectiva compreensão e que possibilita, quando essa é a vontade das autoridades responsáveis, colaborar no esclarecimento das situações políticas ou na resolução de questões humanitárias.

Este é, também, o modo que consideramos mais adequado para podermos estabelecer um diálogo construtivo e permanente com os Estados com quem estabelecemos relações mais estreitas.

Senhor Presidente,

As dificuldades económicas que caracterizam os tempos actuais fazem nascer obstáculos de tipo novo, impedindo o pleno aproveitamento das novas oportunidades que foram criadas com as resoluções dos conflitos políticos.

São tempos difíceis para os nossos povos. Mas são também essas dificuldades que mais nítidas tornam as vantagens mútuas da nossa cooperação.

Os recursos dos Estados não são suficientes para apoiar de modo exclusivo essas acções.

Por isso, devo sublinhar o papel que terá de ser desempenhado pelos agentes económicos, pelas empresas públicas e privadas, na preparação e programação dessas iniciativas de cooperação, permitindo assim às autoridades políticas uma acção mais directa na defesa dessas actividades.

A acção conjunta junto das instâncias internacionais vocacionadas para o apoio ao desenvolvimento é outro dos objectivos indispensáveis para o aprofundamento

(Continua na pág. 8)



Aspecto dos brindes durante o jantar oferecido pelo Presidente da Guiné-Bissau e Senhora de Bernardo Vieira ao Chefe de Estado português e esposa, ontem à noite, no Palácio da República

mais forte da relação dos portugueses em África.

É também esse o sentido de futuro que encontramos na nossa vontade nacional de estabelecimento de relações de cooperação com os Estados africanos que nos ligam laços estreitos de amizade e de um passado comum.

Não é um projecto político isolado, que se deve considerar realizável por qualquer país independentemente das relações mais amplas de cooperação entre continentes e, designadamente, entre a Europa e África.

Nenhum país, por si só, neste período de profundas dificuldades económicas, tem os meios suficientes, sobretudo no campo financeiro, para apoiar essas formas de cooperação.

Não se esgota, porém, Portugal na sua inserção europeia. Dos seus oito séculos de história, cinco foram vividos em convivência quotidiana com os povos de outros continentes e em especial com os povos africanos.

Portugal entende que também a sua próxima integração na CEE exige a reafirmação clara do seu lugar no mundo de hoje, consubstanciado em múltiplos conjuntos de relações, de que a plataforma de diálogo dos países de língua portuguesa é o mais significativo.

As distâncias, as diferentes etapas históricas que percorremos, as alianças que nos são próprias, dão uma configuração ainda não inteiramente precisa a essa plataforma. A história das nossas relações como Estados soberanos ainda é curta para podermos

Saudamos os Presidentes Bernardo Vieira e Ramalho Eanes

Pela amizade e cooperação entre os povos ao serviço da assistência e apoio ao desenvolvimento económico na Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Moçambique

— Projectos realizados e em curso na República da Guiné-Bissau

- **Estudo da reorganização da Direcção Geral do Orçamento e Tesouro — ex — M. F. (1979/80) (simplificação dos circuitos administrativo-financeiros da Contabilidade Pública)**
- **Assistência técnica ao Instituto Nacional de Seguros e Previdência Social (1978/81)**
- **Formação de contabilistas e apoio à contabilidade gestão das empresas — D.G.C.A.E./SEPCI (em curso) (Actualização e regularização das contabilidades — cooperação tripartida R.G.B./Suécia/Portugal)**
- **Assistência técnica ao Centro de Reabilitação Motora de Bor — M.S.A.S. (em curso) (cooperação tripartida R.G.B./Holanda/Portugal)**
- **Estudo da reorganização da SOCOTRAM — M.E.I. (em curso) (cooperação tripartida R.G.B./Suécia/Portugal)**
- **Estudo da reorganização da Manutenção Rodoviária — SEPCI (em curso) (cooperação tripartida R.G.B./Suécia/Portugal)**
- **Apoio à formação profissional e estágios técnicos em Portugal/M.R.N. (cooperação tripartida R.G.B./Holanda/Portugal)**

— Propostas nos sectores da organização e gestão, sectores agro-industrial, transportes

**SOCIEDADE NACIONAL DE
EMPREENHIMENTOS E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**



Av. Fontes Pereira de Melo, 35-19-B 1000 Lisboa
PORTUGAL Tels. 54 90 43/54 91 03
Telex. 13530 SNEDE

Sociedade Nacional
de Empreendimentos
e Desenvolvimento
Económico, S.A.R.L.

Presidente Bernardo Vieira em entrevista à ANOP

Guiné-Bissau aprecia a ajuda de Portugal

Em entrevista à Agência Portuguesa de Notícias, o Presidente João Bernardo Vieira referiu-se à contribuição de Portugal para o desenvolvimento da Guiné-Bissau nos sectores económicos e sociais, considerados fundamentais para o país.

Na entrevista, concedida por ocasião da visita do Presidente português, o Chefe de Estado guineense aborda outros aspectos relacionados com a cooperação entre os dois países e que, segundo ele, pode revestir-se de carácter multilateral, envolvendo outros parceiros, com vantagens recíprocas para as partes envolvidas.

ANOP — Como vê e caracteriza o Senhor Presidente as actuais relações bilaterais de amizade e cooperação entre as Repúblicas da Guiné-Bissau e Portuguesa?

Presidente — Estamos persuadidos que as nossas relações com Portugal são boas desde sempre, embora elas possam ser consideravelmente alargadas em vários outros domínios, sobretudo no que concerne ao sector económico, onde a experiência portuguesa e o seu «know dow» podem ser importantíssimos para o nosso arranque. De imediato, Portugal pode não ter as vantagens que aspira, mas no futuro poderá ser um parceiro privilegiado do meu país, cujas perspectivas são bastante risonhas.

Na actual conjuntura, a Guiné-Bissau passa por enormes dificuldades, frutos não só da grande herança que herdámos do colonialismo como também dos sete anos que se sucederam à nossa independência e que o 14 de Novembro veio pôr termo, cujos reflexos são-nos bastante perniciosos. Ao nível mesmo dos quadros cooperantes que recebemos, cuja maioria provém de Portugal, essas dificuldades fazem-se sentir a todos os níveis, desde alojamentos passando pelos meios materiais e técnicos, até outros de maior importância e que se relacionam com os ordenados, isto se compararmos o que os outros países pagam aos que trabalham nos planos da educação, saúde e outros.

O povo e o governo portugueses, pelas relações de história e de cultura que nos unem, devem sacrificar-se um pouco em prol do nosso desenvolvimento. No futuro saberemos reconhecer esse esforço.

ANOP — O Senhor Presidente defende que as relações bilaterais podem ser melhoradas ou a cooperação aumentada? Se sim, em que domínios?

Presidente — As nos-

sas preocupações foram transmitidas a Portugal. Para nós todos os domínios seriam importantes. Por exemplo, ao nível da saúde, um sector de grande importância, essa cooperação não tem sido levada a cabo como seria do nosso desejo. Os médicos e técnicos portugueses ligados a este domínio têm um profundo conhecimento das nossas doenças, que são sobretudo de foro tropical. A sua experiência poderá ser-nos benéfica na formação e reciclagem dos nossos quadros. A Fundação Calouste Gulbenkian tem feito dentro das suas possibilidades alguma coisa neste sentido, mas isso é muito pouco para as nossas necessidades. Este exemplo pode ser extensivo a outros sectores igualmente importantes do nosso desenvolvimento. Portugal está melhor colocado do que qualquer outro país para compreender as nossas carências apenas dos seus múltiplos problemas.

Se sairmos dos domínios sociais e entrarmos para o económico, posso dizer-lhe que Portugal pode, apesar das suas dificuldades, ser para a Guiné-Bissau um factor importante para o seu desenvolvimento. Como atrás referi, o seu conhecimento profundo do meu país, a sua experiência e o seu «know dow», aliados aos laços que nos unem, podem fazer modificar a nossa actual situação.

ANOP — O Senhor Presidente é de opinião que o «14 de Novembro» criou novas condições para um relacionamento mais estreito com Portugal? Se sim, quais são as novas motivações para esse reestrear de laços?

Presidente — O 14 de Novembro foi desde o seu desencadear um assunto puramente interno, sem qualquer ligação com o exterior, a não ser pelas perspectivas novas que abriu a todos os guineenses residentes no estrangeiro de poderem regressar

ao seu país, inclusive os que se encontram em Portugal e que por motivos políticos não o podiam fazer. Hoje, todos eles podem regressar, sem medo de represálias, desde que não façam políticas que sejam contrárias ao PAIGC, força política dirigente da sociedade guineense e o grande precursor da nossa independência política.

ANOP — Que importância confere o Senhor Presidente à continuidade do português como língua oficial da República da Guiné-Bissau e instrumento do Ensino e da Comunicação Social? É de opinião que a continuidade de expressão oficial portuguesa constitui um elemento mais de identificação a nível regional e de alguma forma de Independência Nacional da Guiné-Bissau?

Presidente — Como disse Amílcar Cabral, a língua portuguesa foi uma das poucas coisas úteis que os colonialistas portugueses deixaram na nossa terra. Ela é um instrumento que utilizamos para aumentar a nossa cultura, desenvolver o nosso povo, a nossa juventude no domínio da ciência, da técnica, para assim podermos avançar e progredir. A importância que atribuímos à língua de Camões foi particularmente realçada pela recente Cimeira dos Chefes de Estado dos Países Africanos de expressão oficial portuguesa, realizada em Setembro último, na cidade da Praia. Abordámos nas nossas concertações a conveniência da introdução do português nas organizações internacionais como língua de trabalho. Neste aspecto, Portugal como pátria da língua-mãe tem enormes responsabilidades a que não pode fugir, isto se atendermos os laços de história, sangue e cultura e de independência.

ANOP — O Senhor Presidente atribui a Portugal a função de ponte de ligação da Guiné-Bissau e da África de expressão oficial portuguesa face à Europa e do relacionamento da cooperação no sentido inverso?

Presidente — A preocupação da Guiné-Bissau quanto a esta questão foi já amplamente demonstrada. A Cimeira de Bissau que propôs o encontro Neto-

-Eanes serviu de plataforma para a normalização das relações entre Angola e Portugal. Tal como ontem, hoje mais do que nunca estamos dispostos a tudo fazer para que essa cooperação seja possível e cada vez mais intensa, numa base de igualdade e de reciprocidade de vantagens. Esperamos, contudo, que Portugal faça mais esforço nesse sentido. Não podemos esquecer que durante muitos anos Portugal esteve quase que somente ligado às suas colónias e que hoje precisa de entrar na Europa, onde estão, como é do conhecimento de todos, parceiros muito mais poderosos. Mas a sua experiência e o conhecimento que tem da África, que colonizou, lhe permite na verdade desempenhar um papel muito activo e positivo nesse relacionamento.

ANOP — O Senhor Presidente vê como positivo e, se sim, de que forma e porquê, o desenvolvimento de uma cooperação trilateral ou multilateral dos países desenvolvidos do «norte» e de organismos internacionais com a Guiné-Bissau?

Presidente — Na sequência da minha anterior resposta, vou-lhe dizer que aquando da minha visita privada à França, em Dezembro do ano passado, o Presidente francês, François Mitterrand, abordou comigo a possibilidade da criação de uma cooperação trilateral em que pudessem participar conjuntamente a França, Portugal e a Guiné-Bissau. Não tive ainda ocasião nem oportunidade de abordar com o Presidente Eanes essa questão. Para nós ela é muito importante por várias razões que atrás apontei. Portugal conhece bem a Guiné-Bissau. Os técnicos portugueses falam a nossa língua, isso facilita extraordinariamente o desenvolvimento de qualquer projecto. Portugal dispõe de técnicos que nos são úteis pelo que tudo isso acrescido à tecnologia francesa e ao seu poder económico, todos nós podemos beneficiar com esta experiência.

ANOP — A visita do Senhor Presidente da República Portuguesa, General Ramalho Eanes, à Guiné-Bissau, poderá constituir um passo novo nas relações entre os

dois países? Se sim, como e em que domínios?

Presidente — É lógico que uma visita pelos contactos que proporciona traz sempre qualquer coisa de novo. Nós esperamos que ela contribua para um maior reforço da nossa amizade e cooperação. Não podemos igualmente esquecer que a comitiva que acompanha o Presidente Eanes a Bissau é integrada por empresários. Estes, pelo seu dinamismo, podem criar novos espaços à nossa cooperação. Nós precisamos de criar coisas positivas e que permitam ao país sair da situação em que se encontra. A participação de capitais portugueses em projectos no nosso país seria bem aceite, nomeadamente pela formação de empresas mistas e privadas, o que permitiria a Portugal e à Guiné-Bissau obterem vantagens recíprocas.

ANOP — No que toca às Forças Armadas, em que domínios está a Guiné-Bissau interessada no apoio e cooperação portugueses? Mantém-se o teor das solicitações feitas e o essencial das conversações mantidas nos primeiros meses de 1982?

Presidente — A Guiné-Bissau, como sabe, desde sempre optou claramente pela política de não-alinhamento. Isso pressupõe que precisamos de todos os que possam ajudar-nos a ganhar a batalha do desenvolvimento, desde que respeitem as nossas opções e a nossa soberania. As Forças Armadas, pelo papel que desempenham numa sociedade, merecem muita atenção e uma permanente actualização. Isso passa logicamente pela necessidade de uma permanente formação dos seus quadros. Relativamente a Portugal, não temos até ao presente momento grande cooperação, embora os primeiros passos já se tivessem dado com a utilização das escolas militares portuguesas na formação de pessoal especializado ao nível das infraestruturas do nosso Ministério dos Transportes, bem como na balizagem dos nossos rios e da nossa costa atlântica. Quanto a este domínio estamos contudo abertos à discussão em áreas concretas em que essa cooperação possa ser desenvolvida.

ANOP — Qual pode

ser o apoio português e a cooperação específica na execução de um projecto de uma fiscalização eficiente das águas territoriais e da zona económica exclusiva da Guiné-Bissau?

Presidente — Este tem sido um dos nossos maiores problemas. A na zona económica exclusiva tem sido no decorrer destes anos explorada a bel prazer por um sem número de barcos piratas, com enormes prejuízos para a nossa economia. Os nossos aviões de reconhecimento têm constantemente registado a enorme afluência de barcos piratas nas nossas águas territoriais, bem como na zona económica exclusiva da Guiné-Bissau.

Contamos com Portugal para a defesa da nossa economia, sobretudo com a sua aviação e a sua marinha. Temos que nos defender, caso contrário não poderemos sair da situação em que nos encontramos e Portugal pode ajudar-nos concretamente nesse sentido.

ANOP — Quais as perspectivas de resultados concretos nos contactos que vão ser mantidos com os cerca de vinte empresários industriais que acompanham o Senhor Presidente português?

Presidente — Como disse atrás, existem muitas áreas onde é possível cooperar com Portugal, desde o sector das pescas, passando pela agricultura, há um vasto domínio de áreas. Vamos esperar pelas propostas que de certeza apresentarão, quando lhes apresentarmos os problemas do país.

ANOP — Que outros domínios e assuntos importantes ou novos poderão ser levados e debatidos na mesa das conversações oficiais que serão mantidas entre os dois Presidentes e entre as delegações oficiais?

Presidente — Bem, recentemente foi levado a cabo em Bissau as reuniões das Comissões Mista e Paritária entre os nossos dois países, nas quais o nosso Governo mostrou a sua vontade em estreitar as suas relações económicas com Portugal. É possível que novos problemas sejam levantados,

(Continua na pág. 8)

A razão de Estado, em vez da razão da luta

Após o adiamento, pela segunda vez, da cimeira de Trípoli, a tendência da maioria dos africanos é para uma certa perplexidade, perante a profunda divisão de que dão provas os seus dirigentes, seguindo-se depois o receio pelo futuro da unidade continental.

Estas reacções são amplamente justificáveis. Não tanto pelo fracasso sucessivo da 19.ª conferência, facto em si secundário, mas sobretudo pelo atraso na resolução dos problemas de descolonização, estes sim, prioritários para a OUA.

Esperava-se muita coisa desta reunião de Novembro. Em primeiro lugar, a tomada de medidas enérgicas, concretas, susceptíveis de tirar o processo de independência da Namíbia do impasse em que se encontra actualmente.

Em segundo lugar, que marcasse uma data precisa para a realização do referendo de autodeterminação do povo do Sahara Ocidental, cujo princípio fora aceite por todos no ano passado em Nairobi.

Finalmente, que encontrasse uma solução definitiva, possível de garantir a unidade, a paz e a estabilidade no Tchad.

Nada disso se verificou no mês passado na capital líbia. A única decisão nova, que vem na declaração final de Trípoli-II, é a de celebrar o 20.º aniversário da OUA na sede da Organização da Unidade Africana, em Addis-Abeba.

A realização de programas de desenvolvimento sócio-económico, nomeadamente no domínio da Saúde, que consta igualmente desta declaração dos chefes de Estado e de Governo, e cuja elaboração foi confiada ao Presidente em exercício e ao Secretariado, é um trabalho de longo prazo, dependente em larga escala da conjuntura económica dos países membros.

É legítimo perguntar quem foi o responsável (ou os responsáveis) pela não realização da cimeira da OUA de Trípoli? Até porque já chovem acusações neste sentido, algumas das quais não passam de manobras de propaganda, com o objectivo de encobrir as verdadeiras razões da crise que sacode a Organização pan-africana.

Culpados não foram de certeza os participantes nos encontros informais, a quem não faltaram vontade nem imaginação, para desbloquear a situação.

A RASD E O TCHAD

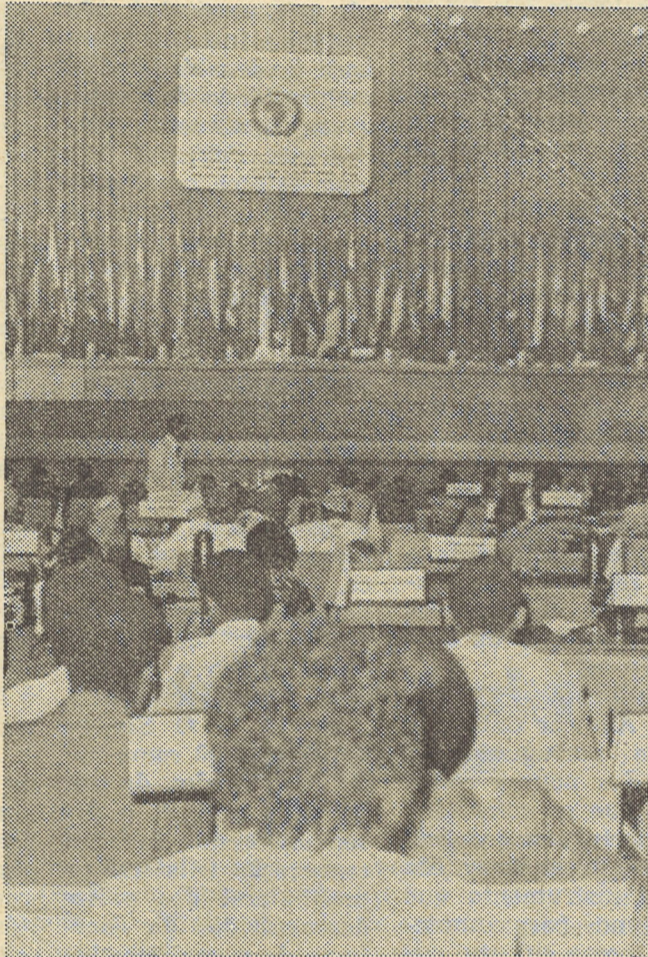
O mesmo não se poderá dizer dos ausentes, e de uma escassa minoria de países, que, embora presentes em Trípoli, manifestaram, em Agosto e em Novembro, uma determinação de bloquear os trabalhos da OUA. A questão da representatividade da RASD e do Tchad serviu-lhes, quer numa ou noutra ocasião, de mero pretexto para sabotar a cimeira.

Na realidade, ninguém acredita que a simples

presença das delegações contestadas na sala de conferência vá resolver os conflitos.

No que respeita ao Sahara Ocidental, a chave do problema reside na aplicação da própria Carta da OUA. Esta devia ter denunciado há mais tempo o facto colonial que é a presença marroquina neste território. Mas não o fez na devida altura.

Adiada de cimeira a cimeira, a questão saharau complicou-se, dando tempo ao regime de Rabat para tecer inúmeras alianças, aliados esses que lhe fornecem na OUA argumentos fortalecedores da sua tese expansionista depois de já ter fracas-



A crise da OUA é um sinal de que ainda está por concluir a libertação política do continente

sado nos anos 60 a sua tentativa de anexação da Mauritânia.

Quanto ao Tchad, como sublinhou o camarada Nino Vieira, é ao povo deste país que compete designar os seus representantes nas organizações internacionais. A OUA deve sim favorecer a reconciliação e o entendimento indispensáveis à paz neste país.

Cnde procurar então as causas do actual impasse? Sem dúvida no desgaste que a OUA sofreu

nos últimos anos. Com a maior parte dos seus membros independentes, um número considerável deles pôs de lado o culto da solidariedade continental, preocupando-se quase exclusivamente com a defesa dos seus regimes, cujos interesses nem sempre são concordantes com os da colectividade africana.

Só assim se compreende que haja hoje pelo menos cinco Estados africanos, por sinal com grandes recursos económicos, que mantêm relações comerciais e outras com o regime racista da África do Sul, apesar da presença ilegal de Pretória na Namíbia e da ocupação do sul de Angola pelas tropas do apartheid, que é talvez o maior desafio à África independente.

DUAS CONCEPÇÕES DE INDEPENDÊNCIA

No entanto, a questão de fundo é que a OUA é alvo de uma disputa, inconfessada, mas inevitável, entre as forças que a compõem. Entre diferentes formas de unidade, e mesmo entre duas concepções de independência. Cada uma querendo puxá-la para si. Por enquanto, há um equilíbrio, difícil, que pode paralisar a Organização da Unidade Africana.

Face a esta situação, muitas ideias são avançadas. Revisão da Carta, reforço do poder do Secretário-Geral, instituição de uma sede permanente, redifinição do papel do Presidente em exercício, etc. Há os que também propõem a ruptura.

Contudo, não obstante as suas fraquezas e insuficiências, temos mais que uma razão para desejar a continuação da OUA. O motivo principal é que as difíceis tarefas económicas de desenvolvimento, que todos os Estados enfrentam quotidianamente, só podem ser superados colectivamente, na complementaridade e na solidariedade.

Tal como está agora, a OUA não satisfaz inteiramente às aspirações de independência e de progresso dos povos africanos. Para tal, é preciso inverter a ordem de prioridades: em vez da razão de Estado, pôr a frente a razão da luta.

Discurso de Ramalho Eanes

(Continuação das Centrais)

mento da nossa colaboração, em condições de benefícios para todas as partes envolvidas.

Em todas estas acções, o papel de entidades privadas, como as fundações, oferecem meios e condições de apoios especializados que assumem uma importância vital neste período de dificuldades económicas generalizadas.

Senhor Presidente,

As dificuldades económicas do presente não nos fazem esquecer o caminho percorrido no sentido do entendimento entre os nossos povos. É nesse entendimento que se alicerçam os verdadeiros interesses dos nossos Estados.

Aos responsáveis políticos compete aprofundar esse caminho que nos é indicado pela história e pelas realidades do presente, dando realidade eficaz a essa vontade política.

É no quadro dessa exigência que se insere a minha presença na Guiné, procurando contribuir para o alargamento da nossa colaboração.

É no quadro dessa vontade política que peço a todos que me acompanhem num brinde pela felicidade pessoal do Senhor Presidente e Senhora de Nino Vieira e pelo progresso e felicidade do povo da Guiné.

Entrevista do Presidente

(Continuação da Pág. 7)

quer da nossa parte, quer da parte portuguesa. Vamos esperar pelas conversações.

ANOP — Parece ao Senhor Presidente que a médio prazo (seis ou sete anos) a Guiné-Bissau vai começar a sair do bloco dos países mais pobres do mundo, gra-

ças à exploração dos seus recursos naturais — petróleo, bauxites, fosfatos, agricultura, madeiras e pesca?

Presidente — Até ao momento há coisas concretas que podemos afirmar. A agricultura e a pesca nunca acabam e a Guiné-Bissau dispõe de grandes potencialidades nesses domínios e são

precisamente estes dois aspectos que constituem a nossa preocupação quanto ao futuro. Desenvolvermos estes dois sectores são uma garantia da nossa vitória, tudo o resto serão achegas importantes que permitirão ao nosso povo viver como desde sempre o desejamos, sem fome, sem miséria, sem analfabetismo.

Esperamos que os empresários portugueses se interessem por estes dois sectores. Se Portugal fizer sacrifícios hoje, no futuro poderá beneficiar grandemente. É só uma questão de investimento a longo prazo. Como bem acentuei atrás, as nossas perspectivas são bastante risonhas, é preciso contudo paciência e perseverança.

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NO PINTCHA»; AV. DO BRASIL, C. P. 154 — BISSAU

António Soares (Director em exercício); João Quintino (Chefe de Redacção em exercício)

REDACÇÃO: António Tavares, Baltazar Bebiano, Carolina Fonseca, Fernando Jorge, Fernando Perdigão, João Fernandes, Pedro Albino, Pedro Quadé, Raimundo Pereira, Teresa Ribeiro. MAQUETAGEM: Cândido Camará. FOTOGRAFIA: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchuda, Manuel Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. SECRETARIA DA REDACÇÃO: Eurídice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.